



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Prestar mais apoio aos docentes para diminuir a pressão que enfrentam devido à reforma do regime de avaliação

Em Julho de 2020, o Governo publicou o “Sistema de Avaliação dos Alunos da Educação Regular do Regime Escolar Local”, com o intuito de, através da implementação de uma avaliação diversificada, desenvolver as capacidades diversificadas dos alunos, cuidar das diferenças de cada um na aprendizagem e incentivar a aprendizagem. Registou-se um longo período de preparação antes da implementação deste sistema e disponibilizaram-se acções de formação ao pessoal docente, no entanto, após a respectiva entrada em vigor, muitas escolas e docentes precisaram de tempo para se adaptarem. Por exemplo, este sistema determina quatro tipos de avaliação, avaliação formativa, avaliação sumativa, avaliação especializada e avaliação aferida, mas define claramente que tem de haver conjugação entre a avaliação formativa e a avaliação sumativa, embora a base seja, principalmente, a avaliação formativa. Este método é muito diferente do anteriormente adoptado em muitas escolas, em que a base era principalmente a avaliação sumativa. Segundo alguns professores, devido à implementação deste novo sistema, há um grande desafio para avaliar os alunos tendo em conta as diferentes capacidades de aprendizagem de cada um, e ao mesmo tempo, há que assegurar a qualidade do ensino e a justiça na avaliação, por isso, todo o trabalho é feito a tactear no escuro, e durante o processo de avaliação, há muitos trabalhos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

preparatórios, para além da constante inovação dos métodos e conteúdos de ensino, o que resulta num aumento da pressão no trabalho. Por outro lado, há ainda que ponderar, passo a passo, e que chegar a uma conclusão sobre a proporção entre a avaliação formativa e a avaliação sumativa. Assim, os docentes esperam que o Governo disponibilize mais apoio, para que possam dominar melhor a diversidade de critérios de avaliação e vejam reduzida a pressão causada pela reforma do sistema de avaliação.

Na realidade, com vista a articular-se com a implementação da Lei de bases do sistema educativo não superior, o Governo tem-se empenhado, nos últimos anos, na concretização da reforma curricular e do seu desenvolvimento, aprofundando e aperfeiçoando, continuamente, os respectivos trabalhos. Trata-se de uma medida importante para promover a reforma do ensino não superior, mas ao mesmo tempo, os docentes têm de ajustar constantemente os seus planos de ensino, a fim de se adaptarem às novas regras e exigências, e a correspondente pressão também está a aumentar diariamente. Todos sabem que, para além do trabalho pedagógico, os docentes, de um modo geral, assumem muitos outros trabalhos não pedagógicos. Para além disso, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, os docentes, depois de regressarem a casa, ainda têm de responder a mensagens dos grupos de comunicação, o que aumenta ainda mais o seu volume de trabalho e afecta o seu descanso. Assim, os serviços competentes da área da educação devem prestar mais apoio aos docentes, para que estes possam dedicar-se totalmente aos trabalhos pedagógicos e prestar mais atenção ao desenvolvimento dos alunos, e ao mesmo tempo, devem reduzir a pressão e os encargos desnecessários que estes estão a enfrentar.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O “Sistema de Avaliação dos Alunos da Educação Regular do Regime Escolar Local” entrou em vigor no corrente ano lectivo, e os docentes precisam de tempo para se adaptarem aos novos métodos de avaliação, por um lado, têm de reduzir a pressão dos alunos, por exemplo, limitar os trabalhos de casa e o número de testes, etc., mas também têm de manter a qualidade pedagógica e de enfrentar desafios. Os serviços competentes da área da educação têm conhecimento do ponto de situação e das dificuldades com que as escolas e os docentes se têm deparado ao longo destes meses, com a implementação do referido sistema? Vão disponibilizar mais recursos e apoios para assegurar a eficácia da aplicação deste sistema e, ao mesmo tempo, reduzir, na medida do possível, a pressão dos docentes?
2. Os docentes estão sujeitos a uma grande pressão no trabalho e, nos últimos anos, são muito comuns o uso da *internet* e as respostas a mensagens, via telemóvel, dos grupos de comunicação compostos por alunos e encarregados de educação. Em meados do ano passado, a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) referiu que ia implementar as “Instruções sobre o uso de software de comunicação após as aulas”, com vista a garantir tempo de descanso aos docentes, e adiantou ainda que, no “Guia de Funcionamento das Escolas” do corrente ano lectivo, já tinham sido adicionadas sugestões sobre o uso de *softwares*



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de comunicação, plataformas e outros meios electrónicos para a comunicação. No entanto, muitos docentes continuam a manifestar que não têm conhecimento dessas instruções e que não dispõem de pormenores concretos sobre a sua aplicação. Qual é o ponto de situação da aplicação das instruções? Vão ser definidas instruções viáveis e de forma específica?

21 de Janeiro de 2022

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lei Cheng I**